



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

**COMUNIDADE DE FALA DO VERNÁCULO CONQUISTENSE: CONCORDÂNCIA
NOMINAL DE NÚMERO**

Maria Aparecida de Souza Guimarães*****
(UNEB)

Jorge Augusto Alves da Silva†††††††
(UESB)

RESUMO

Pretendemos neste trabalho traçar um breve histórico de bairros de características popular de Vitória da Conquista – BA, quais sejam, Jurema, Nova Cidade e Vila Serrana. Além disso, discutiremos alguns pontos relacionados à educação em Vitória da Conquista. Por último, trazemos à baila o fenômeno linguístico da concordância nominal de número, apontando para a origem do português popular do Brasil. Com isso, tendo como princípio basilar a polarização linguística defendida por Lucchesi (2000), objetivando compreender a sócio-história do português popular.

PALAVRAS-CHAVE: concordância nominal; comunidade de fala; sócio-história

INTRODUÇÃO

Um dos traços marcantes neste artigo diz respeito à reconstrução, em parte, da história de Vitória da Conquista. Para tanto, recorreremos às fontes primeiras, isto é, relatos *in loco* para descrevermos a configuração atual da sociedade cujo vernáculo é

* Mestre em Linguística - PPGLin / UESB. Professora da UNEB / Brumado – *Campus XX*. Membro do Grupo de Pesquisa em Sociofuncionalismo e em Linguística Histórica – JANUS. maparecidaguimaraes@yahoo.com.br.

** Doutor em Letras. Professor da UESB. Membro do Grupo de Pesquisa em Sociofuncionalismo e em Linguística Histórica – JANUS. adavgvstvm@gmail.com.

†††††††



alvo do nosso estudo. Silva e Silva (2008) definem fonte histórica como todo material documental (documentos, registros e vestígios) produzida pela humanidade no tempo e no espaço: “a herança material e imaterial deixada pelos antepassados que serve de base para a construção do conhecimento histórico” (SILVA; SILVA, 2008, p. 158). Por outro lado, reconhecem que uma emergente metodologia histórica, a História Oral, traz ideias inovadoras para a noção de fonte histórica, principalmente por criar seus próprios documentos: as entrevistas (SILVA; SILVA, 2008).

A polarização linguística defendida por Lucchesi (2000) é, em nosso estudo, aplicada com o intuito de compreender a sócio-história do português popular, seus agentes formadores, sua origem e os rumos da mudança que tal variedade sofre em virtude das rápidas mudanças pelas quais a nossa sociedade vem passando no início deste século.

Com o propósito de relacionarmos a polarização linguística defendida por Lucchesi (2000) à nossa comunidade de fala, elegemos bairros de características populares.

CARACTERÍSTICAS DOS BAIRROS

Os primeiros moradores do Bairro Jurema vieram da zona rural de Vitória da Conquista, sobretudo, dos distritos como Bate-pé, Olho d'Água e Panela. Este último era uma comunidade remanescente de índios fugidos que ali se misturaram à população local desde o final do século XVIII.

O bairro Jurema sinaliza, em sua gênese, para uma urbanização tardia, bem como a constituição populacional advinda do meio rural e a pouca atuação do poder público. Atualmente, contudo, ao lado das ruas que apresentam condições mínimas de urbanização, encontram-se grandes concessionárias de veículos e hospitais que atraíram um número considerável de pessoas que ali instalaram pequenos comércios e empresas de prestação de serviço. Tal situação de desigualdade contribuiu, de certa forma, para



que o bairro recebesse o rótulo de “violento” e que comportasse os prostíbulos da cidade. Esses elementos revelam o papel que a BR-116 teve não só na construção do espaço geográfico, mas, também, na configuração do espaço econômico-social daquela região.

Construído, assim como o Jurema, o núcleo populacional formado no conhecido Nova Cidade, surgiu em decorrência da ação de movimentos sociais que começaram a ocupar de forma ilegal áreas públicas ou privadas. Oriundos do meio rural, ou relegados à própria sorte no espaço urbano, cerca de mil pessoas se “reuniram” e ocuparam um terreno pertencente à municipalidade, logo acima do Loteamento Panorama.*****

Os moradores do Nova Cidade eram antigos residentes do Panorama, das Pedrinhas e ocupantes das partes “marginais” do Alto Maron; outros, contudo, vinham de cidades menores empobrecidas pela decadência da monocultura cafeeira.

Em entrevista, um dos informantes agentes de nosso estudo, informou-nos que a divisão das ruas, a construção das casas e a demarcação dos limites foram encargo e responsabilidade dos próprios “invasores”.

Em oposição a esse espaço urbano, construído por iniciativa popular, surgiu no lado oeste, o conjunto habitacional Vila Serrana que teve início de sua construção em 1989, Vila Serrana I, depois foram construídas as três outras etapas. O conjunto habitacional, localizado na saída para Brumado, próximo a Urbis IV e V, no Bairro Zabelê, foi financiado pela Caixa Econômica Federal.

Por meio das entrevistas que constituem o *corpus* que ora analisamos, as Vilas Serranas, em sua maioria, foram habitadas por conquistenses que não possuíam renda para arcar com aluguel nos bairros próximos ao centro da cidade; portanto, moradores urbanos com baixo poder aquisitivo.

Nos vinte e poucos anos de existência da Vila Serrana, como é de costume em loteamentos populares novos, muitos desafios foram enfrentados e superados. Hoje, a

***** Depoimento concedido, em entrevista, por Lúcia Regis Silva de Souza, 48 anos, ex-moradora do Nova Cidade, e uma das líderes do movimento de ocupação.



Vila Serrana é um conjunto habitacional com um forte comércio, atendido por escolas públicas e particulares, posto de saúde, posto policial, por várias linhas de ônibus urbano e quadra poliesportiva. Porém, ainda, existem muitas demandas por partes dos moradores, a exemplo da cobertura do canal pluvial que passa no meio da avenida principal e traz grandes transtornos para a localidade.

Nesse sentido, com relação à população de Vitória da Conquista que se encaixa no perfil de utente popular da língua portuguesa, podemos afirmar que (1) tem sua origem diretamente ligada às movimentações populacionais decorrentes de atividades econômicas e que (2) a constituição dos bairros mais periféricos não se deu de forma única, isto é, nem totalmente pela migração campo-cidade nem pela realocação dos menos favorecidos.

Diante disso, podemos assegurar que diversos fatores entram nessa configuração e na constituição de uma identidade linguística da Comunidade de Vitória da Conquista e isso nos levou a lançar mão de outros fatores extralinguísticos para a caracterização dos níveis de urbanização e, conseqüentemente, de letramento a fim de vislumbrarmos as tendências verificáveis no quadro de variação no português popular de Vitória da Conquista, em particular, no que se refere à variação de concordância nominal de número.

EDUCAÇÃO EM VITÓRIA DA CONQUISTA: ALGUMAS EVIDÊNCIAS

Abordamos aspectos relacionados à educação em Vitória da Conquista, tentando apresentar um quadro, dentro dos pressupostos da Sócio-história, do letramento no município. Estudiosos da Sócio-história, como no caso de Silvana Silva de Farias Araújo (2013, 2014), têm procurado discutir como o nível de letramento influencia na configuração do vernáculo. Destarte, apresentar e analisar a presença e atuação do espaço escolar é uma das ferramentas necessária para a compreensão das realidades sociais e, portanto, linguísticas de dada comunidade de fala.



A primeira notícia de que se tem do sistema educacional de Vitória da Conquista foi relatado, em 1888, pelo Coronel Durval Vieira de Aguiar que versava sobre o funcionamento de duas escolas: uma voltada para meninas e outra voltada para meninos.

De acordo com relato desse coronel, a escola de meninos funcionava em um cômodo térreo, parecido com um corredor: “[...] todo enfumaçado e desprovido de utensílios; pelo que se assentavam os meninos em taboas, pedras e caixões collocados em roda de uma velha mesa [...] A matrícula d’essa escola era de 35 e a frequência de 20”. Já a escola de meninas, aparece descrita com uma frequência menor “[...] com frequência de 22^{§§§§§§§§} [...]” e caracterizada curiosamente como “[...] o reverso da medalha [...]”.

Com esse relato, verificamos a precariedade com que funcionavam essas escolas. Nesse sentido, buscando um diálogo com a educação na Bahia, sobretudo, no interior, compreendendo a região do semiárido. Novais-Carneiro e Almeida (2011) em um trabalho intitulado “A criação de escolas a partir de critérios demográficos na Bahia do século XIX: uma viagem ao interior”,^{*****} chamam a atenção sobre dados quanto ao percentual de alunos nas escolas em relação aos dados estatísticos fornecidos pelo vice-governador Joaquim Leal Ferreira. As autoras revelam, em sua pesquisa, a existência de um fato curioso, uma vez que quando tiraram o percentual de alunos nas escolas, houve um grande equilíbrio em toda a província da Bahia, o que deve ser visto com ressalva, pois os censos desse período apresentam problemas na coleta. Desse modo, sinalizaram, ainda, que as impressões de Durval Vieira de Aguiar parecem se adequar mais à realidade por elas analisadas, inclusive sobre a precariedade da educação. Sem falar na evasão escolar; um problema que ainda persiste no sertão, como em outros lugares do Brasil.

^{§§§§§§§§} O texto por nós citado encontra-se em fac-símile no Blog Carreiro de Tropa (<http://carreirodetropa.blogspot.com.br/>).

^{*****} Em fins do período imperial, o vice-governador Joaquim Leal Ferreira fornece, em 30 de setembro de 1891, à Assembleia Geral Legislativa, os dados estatísticos sobre instrução pública baseados no recenseamento de 1875 (NOVAIS-CARNEIRO; ALMEIDA, 2011, p. 538).

Para darmos prosseguimento à realidade educacional conquistense, ressaltamos que na Bahia em 1875, é possível falar em 20,6%, do índice geral de alfabetizados, considerando-se o semiárido com 17,13%, em comparação com Juazeiro em que apenas 4% da população é alfabetizada.

Na realidade conquistense, no censo de 1950· foi demonstrado que a população do município era de 79.887 habitantes e, desses, apenas 15.544 sabiam ler e escrever, ou seja, o processo de alfabetização era “privilégio” de apenas 19% da população.

O Conquistense⁺⁺⁺⁺⁺⁺ também apresentava matrícula no ensino primário em Vitória da Conquista, 1^a a 5^a série, hoje ensino fundamental.

Tabela 1 – Número de matrícula no Ensino Primário em 1950 em Vitória da Conquista

Ensino	Matrículas					
	1 ^a série	2 ^a série	3 ^a série	4 ^a série	5 ^a série	Total
Estadual	1.907	429	309	189	121	2.955
Municipal	1.915	515	42	13	36	2.521
Particular	881	283	180	141	79	1.564
Supletivos	124	99	21	21	00	265
Total	4.827	1.326	552	364	236	7.305

Fonte: **O Conquistense**, p. 4, 06 de junho de 1959.

Como podemos verificar na tabela 1, o número total de matriculados nas primeiras séries em Vitória da Conquista era de 7.305. Já, no mesmo jornal, é apresentado outros índices em que o ensino ginásial aparece com o total de 847 alunos matriculados, em outros cursos, não especificados, 557 alunos, e, no curso normal (formação de professores), 83 alunos. Perfazendo, dessa forma, um total de 8.792 alunos matriculados, distribuídos em 99 unidades escolares. Número bem superior ao encontrado em 1888 que era de 57 alunos em duas unidades escolares.

Tendo a tabela 1 como referência, é possível deduzirmos que 10,2% da população estava matriculada nas 8 (oito) primeiras séries do ensino fundamental, isto é, 8.152

⁺⁺⁺⁺⁺⁺ Periódico que circulou no município de Vitória da Conquista em 06 de junho de 1959, p. 6.



alunos e 8.235 ou 10,3% da população estava matriculada até as 3 (três) séries finais do ensino básico.

Outro dado relevante consta do relatório da Fiocruz (2011) que caracteriza o município de Vitória da Conquista: em 1991, 77,0% da população possuía 8(oito) anos de estudos, ou seja, o ensino fundamental e somente 3,68% possuía 11 ou mais anos de estudo (ensino médio ou mais). Já a taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais de idade em 1991 ainda era, aproximadamente, 28%. Esta situação se agrava ao analisarmos o percentual de defasagem escolar (mais de um ano de atraso escolar) entre crianças de 10 a 14 anos que, em 1991, estava próximo de 77%.

É possível notar que Vitória da Conquista segue o mesmo crescimento da Bahia, Nordeste e Brasil em nível de escolarização em todos os índices apresentados entre os anos de 1970 a 2010. Isto é, indo de 95,0% da população com menos de 8 (oito) anos de estudo em 1970, para 77,0% em 1991 e 55,15% no ano de 2010. Mesmo passando pelas alterações aqui observáveis, esses dados mostram-nos a existência de alto índice da população sem instrução e ensino fundamental incompleto em Vitória da Conquista. Em outras palavras, esses dados revelam precariedade educacional. Nesse sentido, os dados até aqui apresentados vão esclarecendo a constituição do português falado no município, em consonância com a sócio-história do município, bem como com a Transmissão Linguística Irregular.

A taxa de analfabetismo da população conquistense na faixa etária de 15 anos e mais e na média de anos de estudos na faixa etária de 25 anos e mais, nos censos de 1970,1980 e 1991 (FIOCRUZ, 2011) possibilita-nos comparar, também, com os índices da Bahia, Nordeste e Brasil. Vejamos:

Figura 1 – Taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais e número médio de anos de estudo da população de 25 anos e mais em Vitória da Conquista.

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

Região	Taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais (%)			Número médio de Anos de estudo (pop. de 25 anos e mais)		
	1970	1980	1991	1970	1980	1991
Vitória da Conquista	47,8	37,8	28,5	1,4	2,5	3,9
Bahia	50,6	43,1	34,5	1,3	2,1	3,3
Região Nordeste	53,9	45,9	36,6	1,3	2,1	3,4
Brasil	33,0	25,3	19,4	2,4	3,6	4,9

Fonte: PNUD/IPEA/Fund. João Pinheiro/ IBGE - Atlas do desenvolvimento humano, 1999

Nos censos de 2000 e 2010 a população total de analfabetos em Vitória da Conquista é de 19,84% e cai para 14,69%, respectivamente, conforme censo IBGE (2000, 2010), comparando com os índices de 1970, 47,8% e o de 1991, 28,5%, podemos deduzir, então, que houve uma diminuição sucessiva da taxa de analfabetismo em Vitória da Conquista. Assim como houve, também, um crescimento na quantidade de anos de estudo da população com 25 anos ou mais, quando em 1970 era de 1,4 anos de estudo e, em 1991, passou a ser de 3,9. Com isso, constatamos que Vitória da Conquista segue, mais uma vez, a tendência ocorrida na Bahia, Nordeste e Brasil.

Nesse sentido, o município de Vitória da Conquista reflete uma realidade comum a outras localidades brasileiras, notadamente as do interior do estado da Bahia. A ação pouco efetiva da escola tem afastado os indivíduos do contato com o letramento contínuo o que os leva, muitas vezes, a perpetuar condições atávicas, quer em profissões quer em perspectiva de vida. Por outro lado, como os dados de nossa pesquisa demonstram, os anos de escolaridade vêm influenciando na aquisição de estruturas mais próximas de uma visão urbana.

A CONCORDÂNCIA NOMINAL E A ORIGEM DO PORTUGUÊS POPULAR DO BRASIL

Podemos afirmar, sem sombra de dúvida, que a realidade linguística brasileira espelha-se na realidade histórica e social do Brasil. Nossa sócio-história está marcada, notadamente, por um abismo econômico e cultural, em que se pode ver marcas de um passado colonial. A origem do português culto estaria ligada a uma elite herdeira dos



valores europeus e a origem do português popular a uma grande massa populacional com cultura predominantemente oral, a qual adquiriu os padrões linguísticos que usa a partir de um contexto sócio-histórico formado por índios de diversas tribos e línguas, negros de várias regiões da África e brancos portugueses de diversas origens e tradições (SILVA, 2005, p. 16).

Isto posto, o estudo que realizamos na comunidade de fala de Vitória da Conquista, através do *corpus* do PPVC, apresenta-se como um dos acréscimos à compreensão da sócio-história do português popular do Brasil, pois “todos esses agentes [brancos, índios remanescentes, africanos e afro-descendentes] postos em um mesmo espaço geográfico criaram relações sociais de coesão a fim de sobreviverem na nova terra” (SILVA, 2005, p. 16). Pesquisas realizadas por Gregory R. Guy (1981), Alan Baxter e Dante Lucchesi (2009) e Lopes (2001) apontam para casos em que a situação sócio-histórica dos utentes do português popular podem explicar não só a variação mas o “curso da mudança linguística” no Brasil, contrariando a deriva românica.

Além disso, a discussão da origem da concordância variável de número no Português Brasileiro (PB) está ligada ao debate mais amplo do processo de *transmissão linguística irregular* que muito tem contribuído na análise de inúmeras pesquisas relacionadas à origem do PB.

Segundo Lucchesi (2006), o conceito de transmissão linguística irregular remete àquelas situações em que uma grande população de adultos falantes de línguas diversas precisam aprender uma segunda língua emergencialmente em situações precárias promovidas num regime de sujeição, como as que ocorreram com a escravização de índios e, sobretudo, de africanos, ao longo dos três primeiros séculos da história do Brasil.

Destarte, o código de comunicação emergencial que se forma nesse contexto é caracterizado por uma drástica redução nos mecanismos gramaticais da língua alvo (no caso, o português), sobretudo, em suas regras de concordância nominal e verbal, que não veiculam um conteúdo informacional específico. Como esse código de comunicação



emergencial acabou por se impor sobre as línguas nativas dos índios e africanos escravizados, servindo de modelo para a aquisição da língua materna de seus descendentes. Portanto, os dois grandes vetores da polarização sociolinguística do Brasil podem ser sumarizados da seguinte maneira: de um lado, uma norma culta derivada dos padrões linguísticos da elite da Colônia e do Império; e de outro, as variedades populares do português brasileiro, marcadas por um conjunto de mudanças estruturais induzidas pelo contato entre línguas, através do processo de *transmissão linguística irregular*. A consideração desse cenário polarizado é crucial para a compreensão dos grandes processos de mudança em curso no século XX, os quais vão definir as feições atuais da realidade linguística brasileira (LUCCHESI, 2006).

Assim posto, teríamos duas posições polarizadas: a que postula a variação no SN como decorrência da deriva românica e aquela que procura na formação histórica e social do Brasil razões não só para a variação, mas para o mecanismo de mudança que ora pode ser verificado no Português do Brasil.

Naro e Scherre (2007) afirmam que a variação na concordância no português falado do Brasil está definitivamente internalizada nas mentes de seus falantes. Neste momento da língua, segundo os autores, trata-se de uma variação inerente, estruturada em função de aspectos linguísticos e sociais. E, pelo menos em termos de escrita, pode-se levantar a hipótese de a variação não ser específica do português do Brasil. Assim, levantaram o seguinte questionamento: E até que ponto as variações encontradas podem ser interpretadas como um processo de descrioulização?

Norma da Silva Lopes (2001, 2008) apresenta algumas respostas para a questão levantada. Mormente, em sua tese de doutoramento, a pesquisadora apresenta raciocínio na linha de Myers-Scotton e Jake (2000) a fim de demonstrar como se dá a aquisição de morfemas. Em relação ao português brasileiro, Lopes (2008) observou que:

- 1) Têm mais marcas de número os núcleos quando estão em 1ª posição no sintagma;
- 2) A posição à direita do núcleo é altamente desfavorecedora e que,

3) Apesar de a posição à esquerda do núcleo ser, sem dúvida, a mais favorecedora de concordância, o elemento de posição anterior não adjacente ao núcleo não é marcado, em alguns sintagmas, a exemplo de “no meus estudos”, “o meus filhos”, “tudo aqueles coisas” (LOPES, 2008, p. 21).

Para entendermos a pertinência da conclusão de Lopes (2001) é necessário fazer o percurso e nele perceber a pertinaz lógica do raciocínio. A estudiosa lança mão da visão de Myers-Scotton e Jake (2000) para entender, numa tipologia gradativa, o processo de aquisição de morfemas, assim interpretados: Os morfemas seriam divididos em dois grandes grupos, a saber, os *content morphemes* e os *system morphemes*, assim traduzidos, morfemas de conteúdo e morfemas sistêmicos. Os morfemas de conteúdo seriam adquiridos em primeiro lugar, já que comportaria mais traços semântico-pragmáticos: substantivos, adjetivos e verbos. Em relação aos morfemas sistêmicos, seriam de três naturezas: os *early system morphemes*, os *bridge system morphemes* e os *outsider system morphemes*.^{*****} Tais morfemas, ao contrário dos morfemas de conteúdo, são indiretamente eleitos e estão ligados à intenção discursivo-conceitual dos falantes: são elementos da estrutura funcional, portanto, elementos sistêmicos.

Analisando o exemplo de Lopes (2001), “os” conteria a ideia de “definitude” de “meninos” e seriam definidos “mais cedo” no momento em que se dá a seleção dos morfemas de conteúdo. No entanto, a seleção do -s de “meninos” se daria de outro modo, pois o morfema de plural cumpriria apenas o papel de uma “orientação gramatical, a concordância” (p. 97). Tal situação explicaria, tanto na análise de Lopes como na nossa, a frequência de marcação do primeiro elemento bem como a frequência de apagamento do núcleo do SN.

^{*****} São tratados como *early system morphemes* – os morfemas de plural nos nomes quando são os primeiros ou os únicos elementos pluralizáveis do sintagma ou aqueles em elementos anteriores imediatamente ao nome. Os *bridge system morphemes* são todos os outros morfemas de plural do sintagma, pois eles são pluralizáveis apenas para cumprir orientação gramatical e os *outsider system morphemes* são caracterizados como os morfemas que dependem de informação gramatical fora do sintagma em que eles ocorrem (LOPES, 2001, p. 97).



Em outros termos, no que tange ao nosso escopo, podemos observar que as marcas de plural do SN seriam incorporadas à gramática^{§§§§§§§§} da criança após a sedimentação dos substantivos e dos adjetivos. Seguindo a linha de raciocínio de Lopes (2001), podemos afirmar que, no caso do português popular, em que verificamos maior frequência no uso de plural no primeiro elemento do sintagma, o fenômeno de número se dá pela confluência de dois processos morfológicos: o dos *bridge late systems morphemes* e dos *early system morphemes*; ademais considerando, ainda, que, no caso da concordância, os elementos pluralizáveis cumprem uma orientação gramatical, podemos concordar com Lopes:

[...] Analisando a forma apresentada por Myers-Scotton e Jake (2000a, 2000b), o presente trabalho considera, pois, que a morfologia referente à concordância dentro do sintagma nominal, no português, estaria ora entre os *early system morphemes*, ora estaria se comportando como os *late system morphemes* (LOPES, 2001, p. 98).

Lopes (2008) não é voz única no tratamento da questão, pois Anna Jon-And^{*****} recorre à pesquisa de aquisição de estruturas para explicar os fenômenos observados na variedade do Português de Moçambique. Lembra bem a pesquisadora que:

Concordância variável significa que as regras de concordância do português padrão (PP) – sendo esse definido de acordo com as normas de gramáticas prescritivas, normas ensinadas na escola – são aplicadas em algumas ocasiões e em outras não (JON-AND, 2010, p. 28).

^{§§§§§§§§} Lopes (2001, p. 92) assevera que “Lightfoot (1999) defende que a gramática é uma entidade individual e que as pessoas desenvolvem gramáticas, que são representadas nas suas mentes e que caracterizam seu conhecimento linguístico”.

^{*****} Jon-And (2010), Universidade de Estocolmo, em um artigo intitulado *Concordância variável de número no SN no português L2 de Moçambique – algumas explicações sociais e linguísticas*, tendo como objetivo investigar, de forma quantitativa, a concordância de número no sintagma nominal (SN) no português popular falado em Maputo, Moçambique (PM), variedade de português L2, com falantes que têm línguas bantu de Moçambique como L1 conclui que: “Concordância variável significa que as regras de concordância do português padrão são aplicadas em algumas ocasiões e em outra não” (JON-AND, 2010).



Assim posto, teríamos duas posições polarizadas: a que postula a variação no SN como decorrência da deriva românica e aquela que procura na formação histórica e social do Brasil razões não só para a variação, mas para o mecanismo de mudança que ora pode ser verificado no Português do Brasil.

A proposta da teoria da deriva, de algum modo, nega os princípios daqueles que defendem os fundamentos da *transmissão linguística irregular*, dada a interpretação sócio-histórica desta. Sumariamente, vale lembrar que a teoria da deriva é consolidada no âmbito da compreensão da mudança linguística, surgida no estruturalismo.

Esta teoria sustenta a autonomia das estruturas linguísticas e a subjetividade da língua, sob aspecto do indivíduo, assim depreendida: “[...] a deriva de uma língua consta da seleção inconsciente feita pelos que falam, das variações individuais que acumulam numa dada direção” (SAPIR, 1954 [1920], p. 124 apud ARAÚJO, 2014, p. 80).

CONCLUSÕES

No tocante aos nossos dados, em um total de 2.979 ocorrências, 57,3%, apresenta marcas de plural e, em 1.271 ocorrências, totalizando 42,7%, não apresenta tais marcas. Resultados que apontam para uma situação de aquisição de marcas de concordância no SN, demonstrando que os mais jovens tendem a se aproximar da norma culta da língua portuguesa falada no Brasil, contrariando, assim, a deriva românica que levaria a um processo de simplificação.

Nesse contexto de aquisição de marcas, buscamos explicar a efetivação da concordância nominal de número no sintagma nominal no Português Popular do Brasil na comunidade de fala de Vitória da Conquista.

**REFERÊNCIAS**

ARAÚJO, S. S. de F. Sociolinguística e sócio-história do português falado em Feira de Santana. In: LOPES, N. S.; BULHÕES, Lígia P. L.; CARVALHO, Cristina S. **Sociolinguística: estudos da variação, da mudança e da sócio-história do português brasileiro. Sociolinguística paramétrica e sociofuncionalismo.** Feira de Santana: Editora UEFS, 2013.

_____. **A concordância verbal no português falado em Feira de Santana - BA.** Sociolinguística e sócio-história do português brasileiro. 2014. 339 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

FUNDAÇÃO OSVALDO CRUZ (FIOCRUZ). **Caracterização do Município de Vitória da Conquista (BA).** Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www6.enasp.fiocruz.br/repositorio/sites/default/files/arquivos/4%20VC%20II.%20Caracteriza%C3%A7%C3%A3o.pdf>> Acesso em: 17 set. 2012.

GHIRALDELLI JR., P. **Filosofia e história da educação brasileira.** Barueri, SP: Manole, 2003.

GUY, Gregory. **Linguistic variation in Brazilian Portuguese: aspects of the phonology, syntax, and language history.** 1981. 391 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade da Universidade de Pensilvânia, Pensilvânia, 1981.

HISTÓRIA da Vitória da Conquista. **Bahia em Foco**, Vitória da Conquista, 04 maio 2012. Disponível em: <<http://www.bahiaemfoco.com/Vitoriadaconquista>>. Acesso em: 04 maio 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2000.** Brasília, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo/>>. Acesso em: 14 jul. 2013.

_____. **Censo Demográfico 2010.** Brasília, 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 14 jul. 2013.

LOPES, N. da S. **Concordância nominal, contexto linguístico e sociedade.** 2001. 408 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – UFBA, Salvador, 2001.

LUCCHESI, D. **A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil.** 2000. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

_____. Parâmetros sociolinguísticos do português brasileiro. In: **Revista da ABRALIN**, v. 5, n. 1 e 2, dez. 2006.

NOVAIS-CARNEIRO, Z. de O. N.; ALMEIDA, N. L. F. de. Demografia e norma linguística no semiárido baiano nos séculos XVIII e XIX: um introdução e criação de escola a partir de critérios demográficos na Bahia do Século XIX: uma viagem ao interior. In: NEVES, E. F. (Org.). **Sertões da Bahia: formação social, desenvolvimento econômico, evolução política e diversidade cultural.** Salvador: Ed. Arcádia, 2011. p. 525-561 e 599-617.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

SILVA, J. A. A. da. **A concordância verbal de terceira pessoa do plural no português popular do Brasil**: um panorama sociolinguístico de três comunidades do interior do Estado de Bahia. 2005. 323 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SILVA, K. V.; SILVA, M. H. **Dicionário de conceitos históricos**. 2. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008. 2. ed. 2ª reimpressão.